



PLANO DE ENSINO

Disciplina	CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL (380296)														
Créditos/Horas	003-000-000-003 créditos, 45 horas														
Curso	Mestrado em Ciências Contábeis														
Modalidade	Optativa														
Professor Responsável	Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa acosta@unb.br														
Período	2.º/2018														
Pré-Requisitos	Sem pré-requisitos														
Horário de aulas	Segunda-feira, de 18h30min às 22h30min														
Local	Sala 06/38, Bloco D, Prédio da FACE, UnB, <i>Campus</i> Universitário Darcy Ribeiro														
Atendimento aos alunos	Dia/Horário: Quarta-feira, de 18h às 20h30min Local: Prédio da FACE, Bloco B1, Sala 13/4														
Objetivos da Disciplina	Explicar, aplicar e interpretar conhecimentos de Finanças Públicas, Orçamento Público e Contabilidade Pública com enfoque em Controladoria Governamental (Controle e Avaliação da Administração Pública).														
Metodologia de Ensino	1. Seminários baseados no programa da disciplina; 2. Elaboração de textos dissertativos no Moodle; 3. Análise de artigos científicos; e 4. Desenvolvimento e apresentação de estudos científicos.														
Ementa	História, Conceitos e Teorias aplicáveis. Controle Governamental e suas dimensões. Análise de Demonstrativos Públicos. Auditoria Governamental. Prestação de Contas. Avaliação de Políticas Públicas.														
Programa	1. Controladoria Governamental: história, conceitos, funções e atribuições no Ciclo da Gestão Pública 2. Teorias aplicadas ao estudo sobre Controle Governamental 3. Cientometria aplicada aos estudo sobre Controle Governamental 4. Dimensões do Controle Governamental 4.1. Controle Social 4.2. Controle Interno 4.3. Controle Externo 5. Auditoria Governamental 6. Análise Financeira Governamental 6.1. Demonstrativos Contábeis 6.2. Demonstrativos Fiscais 7. Prestação de Contas no Setor Público 8. Avaliação de Políticas Públicas														
Critérios de Avaliação	<p>A. Desenvolvimento de estudos científicos (60%):</p> <ol style="list-style-type: none">Artigo científico completo em português padrão das normas da <i>American Psychological Association</i> (APA) no que se refere às citações e referências bibliográficas (70% da nota) (26.11.2018)Artigo científico completo em inglês padrão normas da <i>American Psychological Association</i> (APA) no que se refere às citações e referências bibliográficas (30% da nota) (10.12.2018)As datas de envio, no moodle, das etapas da elaboração do artigo científico estão descritas no quadro abaixo: <table border="1"><tr><td>1. INTRODUÇÃO (PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA)</td><td>31/08/2018</td></tr><tr><td>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</td><td>21/09/2018</td></tr><tr><td>3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</td><td>26/10/2018</td></tr><tr><td>4. PESQUISAS ANTERIORES</td><td>09/11/2018</td></tr><tr><td>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, RESUMO E ABSTRACT</td><td>16/11/2018</td></tr><tr><td>6. ENTREGA FINAL DO ARTIGO EM PORTUGUÊS (70%)</td><td>26/11/2018</td></tr><tr><td>7. ENTREGA FINAL DO ARTIGO EM INGLÊS (30%)</td><td>10/12/2018</td></tr></table> <p>Obs.:</p> <ol style="list-style-type: none">A nota final será a média aritmética das notas dos itens 1, 2, 3, 4 e 5.A nota final do artigo científico será utilizada para se atribuir a proporção entre 70% e 30%.Os grupos da Pesquisa Científica estão descritos na última seção deste plano de ensino.	1. INTRODUÇÃO (PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA)	31/08/2018	2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21/09/2018	3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	26/10/2018	4. PESQUISAS ANTERIORES	09/11/2018	5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, RESUMO E ABSTRACT	16/11/2018	6. ENTREGA FINAL DO ARTIGO EM PORTUGUÊS (70%)	26/11/2018	7. ENTREGA FINAL DO ARTIGO EM INGLÊS (30%)	10/12/2018
1. INTRODUÇÃO (PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA)	31/08/2018														
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21/09/2018														
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	26/10/2018														
4. PESQUISAS ANTERIORES	09/11/2018														
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, RESUMO E ABSTRACT	16/11/2018														
6. ENTREGA FINAL DO ARTIGO EM PORTUGUÊS (70%)	26/11/2018														
7. ENTREGA FINAL DO ARTIGO EM INGLÊS (30%)	10/12/2018														



B. Apresentação dos seminários (10%)

Abordagens relacionadas aos conteúdos do programa da disciplina.

Divido em três momentos (S1: Pesquisas Anteriores relacionadas com o tema do grupo; S2: Metodologias Aplicáveis (quantitativas) e da metodologia escolhida para a pesquisa do grupo e S3: Apresentação da Pesquisa Científica realizada).

Obs.:

1 - Os grupos dos Seminários estão descritos em seção específica deste plano de ensino;

2 - Devido a quantidade de alunos regulares e especiais, os grupos terão formação de até dois membros a critério do professor;

3 - A nota final será a média aritmética das notas; e

4 - Durante a apresentação dos seminários S1 e S2, para cada tema, será sorteado dois alunos (as) como debatedores.

C. Textos dissertativos no Moodle (15%)

Abordagens relacionadas aos conteúdos no programa da disciplina. Essas atividades estarão disponíveis no moodle, conforme segue:

M1: postar no moodle até o dia 24.09.2018;

M2: postar no moodle até o dia 29.10.2018;

M3: postar no moodle até o dia 19.11.2018;

M4: postar no moodle até o dia 03.12.2018.

D. Controle de Leitura (10%)

Os controles de leitura serão baseados em artigos científicos listados no final deste Plano de Ensino.

E. Participação em Sala de Aula (5%)

A participação em sala refere-se as contribuições como debatedor (a), frequência as aulas, entre outros aspectos a critério do professor.

Obs.: A nota final da disciplina será a média aritmética das notas dos itens A, B, C, D e E.

Nome da disciplina no moodle: CGov. A senha para o cadastramento é 38029622018.

Site: <http://aprender.unb.br>, o cadastro deverá ser efetuado entre os dias 20 e 31 de agosto.

Outras Informações:

- Não haverá arredondamento de notas no resultado das avaliações e na nota final.

Calendário de Atividades

Aula	Datas	Item do Programa	Atividades
1	20/08/2018	1	Apresentação do Plano de Ensino, Construção de Situação-Problema e Aula expositiva
2	27/08/2018	2 e 3	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
3	03/09/2018	2 e 3	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
4	17/09/2018	4.1 e 4.2	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
5	24/09/2018	4.1 e 4.2	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
6	01/10/2018	4.3 e 5	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
7	15/10/2018	4.3 e 5	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
8	22/10/2018	6.1 e 6.2	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
9	29/10/2018	6.1 e 6.2	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
10	12/11/2018	7 e 8	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
11	19/11/2018	7 e 8	Aula expositiva, apresentação de seminário e debate
12	26/11/2018	2 a 8	Entrega das Pesquisas Científicas
13	03/12/2018	2 a 8	Entrega das Pesquisas Científicas



Conduta esperada	<p>Espera-se dos participantes uma conduta profissional, a qual é construída tendo como fundamento o respeito mútuo. Essa conduta inclui os elementos abaixo, embora não se limite somente a estes:</p> <p>Presença nas aulas: cada aula se beneficia da presença e participação de todos. A participação será afetada negativamente pelas ausências às aulas.</p> <p>Pontualidade: quem chega atrasado pode interromper a exposição do professor e as discussões em classe, além de significar um desrespeito para com os que chegaram na hora.</p> <p>Minimizar interrupções: telefones celulares e outros aparelhos eletrônicos DEVEM SER DESLIGADOS OU PROGRAMADOS NO MODO SILENCIOSO DURANTE AS AULAS. Evitar sair e reentrar na sala. Evitar também conversas paralelas com outros alunos, após o início da aula.</p> <p>Foco na aula: não usar <i>lap-top</i> ou dispositivos eletrônicos similares, enquanto em sala de aula, para realizar tarefas não relacionadas com a aula. O acesso à internet, e-mail, mensagens via celular, etc, enquanto em aula, é uma atitude muito desrespeitosa, que pode interromper os outros colegas e a própria aula.</p> <p>Estar preparado para a aula: a cada aula, os alunos devem estar prontos para discutir as leituras exigidas e a responder as tarefas solicitadas pelo professor.</p> <p>Respeito: todos devem agir de maneira respeitosa com todos os participantes da classe.</p> <p>A menção final reflete a aderência dos alunos a estes princípios, embora não esteja limitada somente a estes.</p>
Bibliografia Sugerida	<ol style="list-style-type: none">1. AKIM, E. K.; MERGULHÃO, R. C. Panorama da produção intelectual sobre a medição de desempenho na gestão pública. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 2, p. 337-366, 2015.2. ALBURQUERQUE, C., MEDEIROS, M., FEIJÓ, P. H. Gestão de Finanças Públicas. Brasília: Editora Gestão Pública, 2008.3. ARAÚJO, dos Santos A. H., dos Santos Filho, J. E., & Guedes Gomes, F. (2015). Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. Revista de Administração Pública-RAP, 49(3).4. ARAÚJO, F. R.; ARAÚJO, M. A. D.; SOUZA, F. J. V.; SANTOS, D. F.; SANTANA, M. B. Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 2, p. 367-393, 2015.5. BEUREN, I. M.; Costa da Silva Zonatto, V.; (2014). Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais. Revista de Administração Pública - RAP, Septiembre-October, 1135-1163. Recuperado de http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121527.6. BORINELLI, M. L. Estrutura básica conceitual de controladoria: sistematização à luz da teoria e da prática. São Paulo: FEA/USP, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.7. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado. Acesso em 01 ago. 2017.8. BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967. Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, Estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e Dá Outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br. Acesso em 01 ago. 2017.9. BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000. Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade Fiscal e Dá Outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br. Acesso em 01 ago. 2017.10. BRASIL. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br. Acesso em 01 ago. 2017.11. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm>. Acesso em 01 ago. 2017.12. BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição, Brasília, 2017.13. BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª Edição, Brasília, 2018.14. CASTRO, D. P.. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.15. CASTRO, D. P.; GARCIA, L. M. Contabilidade pública no governo federal. São Paulo: Atlas, 2008. Capítulo 8 (Análises, indicadores e indicativos contábeis).16. COSTA, A. J. B. (2016). Inovação em governança regulatória: proposta de modelo <i>regulatory oversight</i> aplicado à infraestrutura de transportes terrestres brasileira. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Transportes (PPGT). Universidade de Brasília (UnB).17. COSTA, A. J. B.. a influência da pesquisa de preço nas compras governamentais: um estudo de caso. RUC. Revista Unieuro de Contabilidade, v. 2, p. 06-06, 2009.



18. COSTA, A. J. B.; BATISTA, A. P. M.; TAVARES, E. C.; SOUSA, M. A. Metodologias de custos aplicáveis ao ensino público: ensino profissional, teoria do capital humano e custo-aluno. Revista UNIABEU, v. 8, p. 1-16, 2015.
19. COSTA, A. J. B.; LEITE, D. B. A.; CAMPOS, E. S. Portais de transparência fiscal: uma crítica aos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes. Revista da FAE, v. 17, p. 42-61, 2014.
20. COSTA, A. J. B.; LEITE, D. B. A.; CAMPOS, E. S. Portais de transparência fiscal: uma crítica aos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes. Revista da FAE, v. 17, p. 42-61, 2014.
21. COSTA, A. J. B.; MEDEIROS, E.; PEDELHES, M.; ACHKAR, I. Programa nacional de alimentação escolar: uma análise da prestação de contas de municípios da região metropolitana de São Paulo. RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (ONLINE), p. 43-72, 2017.
22. COSTA, A. J. B.; NOGUEIRA, L. E. C. Sistema de Custos no Setor Público: Discussão sobre o Uso das Informações Geradas para a Tomada de Decisão no Governo Federal. Revista de Administração e Contabilidade da FAT, v. 7, p. 88-113, 2015.
23. COSTA, A. J. B.; NUNES, M. V.; ALMEIDA, A. P. A aplicação do MCASP em municípios brasileiros: o caso do município de Cristópolis no estado da Bahia. Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI, v. 3, p. 3-18, 2016.
24. COSTA, A. J. B.; SILVA, H. F. F.; MICHELETTO, M.; GONCALVES, L. A.; NASCIMENTO, L. L. Controle Social: oficina temática como metodologia pedagógica para formação de auditor social. Participação, v. 26, p. 27-38, 2014.
25. COSTA, A. J. B.; SILVA, H. F. F. Controle social da política brasileira de transportes: investimentos em mobilidade urbana no distrito federal. Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, v. 1, p. 61-90, 2015.
26. COSTA, Abimael de Jesus Barros; LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. Rankings de los programas de posgrado en contabilidad: análisis de producción docente según publicación en revistas brasileñas (2000-2009). Cuadernos de Contabilidad, Bogotá, v. 15, n. 38, pp. 549-573, 2014. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cuacont/article/view/12002/9819>>. Acesso em: 28 jun. 2017. doi: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cuacont/article/view/12002>.
27. COSTA, G. P. C.; FREIRE, F. S.; GARTNER, I. R.; CLEMENTE, A. As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 5, p. 1089-116, 2013.
28. CRUMPTON, Charles David et al. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. Revista de Administração Pública-RAP, v. 50, n. 6, 2016.
29. EISENHARDT, K. M. Agency theory: an assessment and review. Academy of Management Review, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.
30. FAMA, Eugene F. Agency problems and the theory of the firm. Journal of Political Economy, v. 88, n. 2, p. 288-307, 1980.
31. FERNANDES, J. U. J. Tomada de Contas Especiais. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
32. FREIRE, F. S.; MENDONÇA; COSTA, A. J. B. Sustentabilidade econômica das instituições de longa permanência para idosos. Saúde em Debate, v. 36, p. 533-543, 2012.
33. GANASSIN, E. J. F.; COSTA, A. J. B.; WILBERT, M. D. A aplicação de um modelo contabilométrico baseado na lei de Newcomb-Benford no controle das contas públicas. Revista de Estudos Contábeis, v. 7, p. 1-18, 2016.
34. GIACOMONI, J. Orçamento Público. 15.ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2017.
35. GOMES, A. P. S.; RIBEIRO, N. A. B.; CARVALHO, J. B. C.; NOGUEIRA, S. P. S. O *balanced scorecard* aplicado à administração pública. Lisboa: Publisher Team, 2007.
36. GUARIDO FILHO, E. R. A. Construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: o período 1993-2007. 301f. Doctoral dissertation (Doctorate in Management), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil, 2008.
37. GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; LOPES, A. B.; PEREIRA, C. A. O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. O&S, v. 12, n. 35, p. 91-106, 2005.
38. HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª Ed. 2014.
39. HOLANDA, V. B. Controladoria governamental no contexto do governo eletrônico - uma modelagem utilizando o enfoque sistêmico e a pesquisa-ação na Coordenadoria de Controle Interno da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. 274 f. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2002.
40. HOOD, C. The "new public management" in the 1980s: variations on theme. Accounting, Organizations and Society, v. 20, n. 2/3, p. 93-109, 1995.
41. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p. 137, 2005.



42. KANITZ, S. C. Controladoria: teoria e estudo de casos. São Paulo: Pioneira, 1976.
43. KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A Estratégia em ação: *balanced scorecard*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
44. KETTL, D. F. The global public management revolution. 2.ed. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2005.
45. KOOIMAN, J. Modern governance: new government-society interactions. Newbury Park, Calif.: Sage, 1993.
46. LIMA, L. H. A utilização de métodos quantitativos no exercício do controle externo. Revista do TCU, n. 106, 2005.
47. LIMA, S. C.; MUNIZ, J. A.. Contabilidade Pública: análise financeira governamental. São Paulo: Atlas, 2016.
48. LOBO, F. S. de G.; COSTA, A. D. J. B. (2015). Prestação de Contas: Estudo Comparativo no Setor Público. *Gestão Pública: Práticas e Desafios*-ISSN: 2177-1243, 6(2).
49. LOPES, V. C., & Costa, A. D. J. B. (2017). Vulnerabilidade das finanças municipais às catástrofes naturais. *Revista de Contabilidade da UFBA*. v. 11, n. 3.
50. LUNKES, R. J.; SCHNORRENBARGER, D.; GASPARETTO, V.; VICENTE, E. F. R. Considerações sobre as funções da controladoria nos Estados Unidos, Alemanha e Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 5, n.4, p. 63-75, 2009.
51. MAFRA, Marcelo Da Silva; Ricardo Suave; Jerónimo Taundi Guilherme; Luiz Alberton. Características da literatura internacional sobre auditoria governamental. *Gestão e Sociedade*, 2016, Vol.9(23), pp.926-945.
52. MARTINS, Cláudia Araújo; Braile, Domingo Marcolino Análise Cientométrica dos periódicos em Ciências da Saúde e áreas correlatas disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. *Perspectivas em Ciências da Informação*, Dez 2009, vol.14, n.3, p.75-93. ISSN 1413-9936
53. MATÍAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2010.
54. MATÍAS-PEREIRA, J. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010.
55. MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. A. A Institucionalização do governo eletrônico no Brasil, *RAE*, v. 46, n. 4, p. 66-78, 2005.
56. MENEZES, Monique. O papel do congresso nacional e do tribunal de contas da união na fiscalização das agências reguladoras: abdicação ou delegação de poderes?. *Revista Debates*, v. 6, n. 3, p. 29, 2012.
57. OLIVEIRA JÚNIOR, N. J.; CHAVES JÚNIOR, O. D. L.; LIMA, M. S. A controladoria nas organizações públicas municipais: um estudo de caso. *Revista Universo Contábil*, v. 5, n. 1, p. 38-54, 2009.
58. OLIVEIRA, A. B. S. Controladoria Governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas. São Paulo: atlas, 2010.
59. OSBORNE, S. P. *The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. First published by Routledge, 2010.
60. PINTO, D. S.; COSTA, A. J. B.; WILBERT, M. D. Endividamento dos estados brasileiros: análise das sanções e restrições da lei de responsabilidade fiscal. *Revista UNIABEU*, v. 4, p. 1-17, 2015.
61. PINTO, Francisco Das Chagas Brandão; Ana Carolina Vasconcelos Colares; Marcus Vinicius Veras Machado; Maria Da Glória Arrais Peter. Análise das atividades da auditoria interna no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: sob a ótica dos auditores internos. *Revista Controle*, 01 June 2012, Vol.10(1), pp.273-300.
62. POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. *Revista do Serviço Público*, v. 53, n. 3, p. 5-30, 2002.
63. PRIETO, M. F.; MARTINS, V. F. Adoção das normas internacionais de contabilidade pública no Brasil: Uma análise nos demonstrativos da União no triênio 2010a 2012. *RAGC*, v.3, n.5, p.01-22/2015.
64. QUINTÃO, C. M. P. G.; CARNEIRO, R. A tomada de contas especial como instrumento de controle e responsabilização. *Revista Administração Pública*, v. 49, n. 2, p. 473-491, 2015.
65. RIBEIRO FILHO, J.; Lopes, J., Pederneiras, M., & Ferreira, J. (2008). Controle Interno, controle externo e controle social: Análise comparativa da percepção dos profissionais de controle interno de entidades das três esferas da Administração Pública. *Revista Universo Contábil*, 4(3), 48-63. Recuperado de <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/980>.
66. SANTANA, E. C.; CORRÊA, C. R. O Emprego do Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal na Marinha do Brasil: Uma Análise Gerencial dos Custos no Setor Público. *Pensar Contábil*, v. 14, n. 55, p. 56 - 64, 2012.
67. SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 41, n. 5, 2007.
68. SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, v.3, n. 2, p. 347-369, 2009.
69. SILVA, C. F.; VAZ, W.; SANTOS, E. M. F.; BALANIUK, R.; CHAVES, M. C. Dados abertos: uma



estratégia para o aumento da transparência e modernização da gestão pública. Revista do TCU, pp. 23-29, 2014.

70. SILVA, H. F. F.; COSTA, A. J. B. Reconhecimento e mensuração contábil do contrato de concessão de infraestrutura rodoviária: o caso da br-050. Revista ANTT, v. 8, p. 1-16, 2016.

71. SILVA, José Aparecido Da; Maria de Lourdes Pires Bianchi. Cientometria: a métrica da ciência. Paidéia (Ribeirão Preto), 01 January 2001, vol.11(21), pp.5-10.

72. SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

73. SILVA, M. M. Controle Externo das Contas Públicas: o processo nos Tribunais de Contas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

74. SLOMSKI, V. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2007.

75. SOARES, Sandro Vieira; MURCIA, Fernando Dal-ri. *Ranking* dos programas de pós-graduação acadêmicos em contabilidade no Brasil, no triênio 2010-2012. Revista Catarinense da Ciência Contábil. Revista do CRCSC. p. 74-87, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n46p74-87>

76. THOMPSON, F.; JONES, L. R. Controllershship in the public sector. Journal of Policy Analysis and Management, v.5, n.3, p. 547-571, 1986.

77. TREVISAN, Ronie *et al.* Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em Prefeituras Municipais. Pensar Contábil, v. 11, n. 43, 2008.

78. WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. Caderno CRH, v. 25, n. 66, p. 505-518, 2012.

79. ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. Transparência e *accountability* nas instituições públicas: análise da convergência desses princípios. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro, XII CONLAB / 1º da AILPesh, 2015, Lisboa. Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa, 2015. v. 1. p. 9991-10006.

Obs.: outras bibliografias complementares serão indicadas oportunamente.

Grupos dos Seminários e pesquisa científica	Programa	Alunos (as)		S1	S2	S3
	2	Aluno (a)	Aluno (a)	27/08/2018	03/09/2018	26/11/2018
	3	Aluno (a)	Aluno (a)	27/08/2018	03/09/2018	26/11/2018
	4.1	Aluno (a)	Aluno (a)	17/09/2018	24/09/2018	26/11/2018
	4.2	Aluno (a)	Aluno (a)	17/09/2018	24/09/2018	26/11/2018
	4.3	Aluno (a)	Aluno (a)	01/10/2018	15/10/2018	26/11/2018
	5	Aluno (a)	Aluno (a)	01/10/2018	15/10/2018	03/12/2018
	6.1	Aluno (a)	Aluno (a)	22/10/2018	29/10/2018	03/12/2018
	6.2	Aluno (a)	Aluno (a)	22/10/2018	29/10/2018	03/12/2018
	7	Aluno (a)	Aluno (a)	12/11/2018	19/11/2018	03/12/2018
8	Aluno (a)	Aluno (a)	12/11/2018	19/11/2018	03/12/2018	



Programa	Referências	Data
2	<ul style="list-style-type: none">COSTA, Abimael de Jesus Barros; LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. Rankings de los programas de posgrado en contabilidad: análisis de producción docente según publicación en revistas brasileñas (2000-2009). Cuadernos de Contabilidad, Bogotá, v. 15, n. 38, pp. 549-573, 2014. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cuacont/article/view/12002/9819>. Acesso em: 28 jun. 2017. doi: http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cuacont/article/view/12002.SOARES, Sandro Vieira; MURCIA, Fernando Dal-ri. Ranking dos programas de pós-graduação acadêmicos em contabilidade no Brasil, no triênio 2010-2012. Revista Catarinense da Ciência Contábil. Revista do CRCSC. p. 74-87, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n46p74-87	27/08/2018
3	<ul style="list-style-type: none">SILVA, José Aparecido Da; Maria de Lourdes Pires Bianchi. Cientometria: a métrica da ciência. Paidéia (Ribeirão Preto), 01 January 2001, Vol.11(21), pp.5-10MARTINS, Cláudia Araújo; Braile, Domingo Marcolino Análise Cientométrica dos periódicos em Ciências da Saúde e áreas correlatas disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. Perspectivas em Ciências da Informação, Dez 2009, vol.14, no.3, p.75-93. ISSN 1413-9936	03/09/2018
4.1	<ul style="list-style-type: none">SILVA, C. F.; VAZ, W.; SANTOS, E. M. F.; BALANIUK, R.; CHAVES, M. C. Dados abertos: uma estratégia para o aumento da transparência e modernização da gestão pública. Revista do TCU, pp. 23-29, 2014.COSTA, A. J. B.; LEITE, D. B. A. ; CAMPOS, E. S. . portais de transparência fiscal: uma crítica aos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes. Revista da FAE, v. 17, p. 42-61, 2014.	17/09/2018
4.2	<ul style="list-style-type: none">BEUREN, I. M.; Costa da Silva Zonatto, V.; (2014). Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais. Revista de Administração Pública - RAP, Septiembre-October, 1135-1163. Recuperado de http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121527.RIBEIRO FILHO, J., Lopes, J., Pederneiras, M., & Ferreira, J. (2008). Controle Interno, controle externo e controle social: Análise comparativa da percepção dos profissionais de controle interno de entidades das três esferas da Administração Pública. Revista Universo Contábil, 4(3), 48-63. Recuperado de http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/980.	24/09/2018
4.3	<ul style="list-style-type: none">LIMA, L. H. A utilização de métodos quantitativos no exercício do controle externo. Revista do TCU, n. 106, 2005.MENEZES, Monique. O papel do congresso nacional e do tribunal de contas da união na fiscalização das agências reguladoras: abdicação ou delegação de poderes?. Revista Debates, v. 6, n. 3, p. 29, 2012.	01/10/2018
5	<ul style="list-style-type: none">MAFRA, Marcelo Da Silva ; Ricardo Suave ; Jerônimo Taundi Guilherme ; Luiz Alberton. Características da literatura internacional sobre auditoria governamental. Gestão e Sociedade, 2016, Vol.9(23), pp.926-945.PINTO, Francisco Das Chagas Brandão; Ana Carolina Vasconcelos Colares ; Marcus Vinicius Veras Machado ; Maria Da Glória Arrais Peter. Análise das atividades da auditoria interna no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: sob a ótica dos auditores internos. Revista Controle, 01 June 2012, Vol.10(1), pp.273-300.	15/10/2018
6.1	<ul style="list-style-type: none">SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Revista de Administração Pública-RAP, v. 41, n. 5, 2007.TREVISAN, Ronie et al. Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em Prefeituras Municipais. Pensar Contábil, v. 11, n. 43, 2008.	22/10/2018
6.2	<ul style="list-style-type: none">ARAÚJO, dos Santos A. H., dos Santos Filho, J. E., & Guedes Gomes, F. (2015). Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. Revista de Administração Pública-RAP, 49(3).LOPES, V. C., & Costa, A. D. J. B. (2017). Vulnerabilidade das finanças municipais às catástrofes naturais. Revista de Contabilidade da UFBA. v. 11, n. 3.	29/10/2018
7	<ul style="list-style-type: none">LOBO, F. S. de G.; COSTA, A. D. J. B. (2015). Prestação de Contas: Estudo Comparativo no Setor Público. Gestão Pública: Práticas e Desafios-ISSN: 2177-1243, 6(2).COSTA, A. J. B.; MEDEIROS, E. ; PEDELHES, M. ; ACHKAR, I. . Programa nacional de alimentação escolar: uma análise da prestação de contas de municípios da região metropolitana de São Paulo. RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (ONLINE), p. 43-72, 2017.	12/11/2018
8	<ul style="list-style-type: none">CRUMPTON, Charles David et al. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. Revista de Administração Pública-RAP, v. 50, n. 6, 2016.JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p. 137, 2005.	19/11/2018

Textos dos
Controles de
Leitura

20 de agosto de 2018.

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa: acosta@unb.br